

PROCESSO TCE N° 128.929

ENTIDADE: Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Roberta de Paula Caminha Melo

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

ACÓRDÃO Nº 12.127/2020

PLENÁRIO

Ementa: Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Acre. Exercício de 2017. Apuração de omissões, impropriedades contábeis e falhas formais, que não representam prejuízo ou risco de dano patrimonial: **a)** Descumprimento da Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993, em razão da não demonstração da composição da remuneração total a ser paga mensalmente à agência de viagem e da ausência de comprovação da despesa no valor de R\$ 2.824,97 concernente a Nota Fiscal nº 1189 da empresa Voar Bem Viagens e Turismo Eireli EPP; **b)** Descumprimento parcial da Subcláusula 11.41 do Contrato nº 11/2017 e do art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa PGE/AC nº 01/2013, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência de comprovação das obrigações trabalhistas referentes ao contrato em comento; **c)** Descumprimento da Cláusula Terceira, item 3, Cláusula Quinta, inciso I, item 3, Cláusula Nona, Parágrafo Terceiro e Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência das requisições das passagens aéreas, dos relatórios de passagens aéreas incompletos e do descumprimento na emissão de notas fiscais distintas, para os serviços de agenciamento de viagens e o das passagens aéreas; **d)** Divergência de R\$ 119.442,71, apurada entre a conta Estoques do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 251.743,69 e o Relatório Estoque Retroativo – Sintético – Agrupado por Conta/Resumo de Movimentação Anual de Almoxarifado do sistema GRP no valor de R\$ 132.300,98 e; **e)** Diferença de R\$ 747.158,09, encontrada entre a conta Bens Móveis, no valor de R\$ 2.914.340,37, e o Relatório Analítico de Bens Móveis do sistema GRP, no valor de R\$ 2.167.182,28. Regularidade com Ressalvas. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) Pela Regularidade com ressalvas** das contas da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, exercício

financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade da Senhora **Roberta de Paula Caminha Melo**, Defensora Pública Geral, à época, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, **valendo como ressalvas:**

1.1 o descumprimento da Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da não demonstração da composição da remuneração total a ser paga mensalmente à agência de viagem; e da ausência de comprovação da despesa no valor de R\$ 2.824,97 concernente a Nota Fiscal nº 1189 da empresa Voar Bem Viagens e Turismo Eireli EPP; **1.2** o descumprimento parcial da Subcláusula 11.41 do Contrato nº 11/2017 e do art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa PGE/AC nº 01/2013, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência de comprovação das obrigações trabalhistas referentes ao contrato em comento; **1.3** descumprimento da Cláusula Terceira, item 3, Cláusula Quinta, inciso I, item 3, Cláusula Nona, Parágrafo Terceiro e Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência das requisições das passagens aéreas, dos relatórios de passagens aéreas incompletos e do descumprimento na emissão de notas fiscais distintas, para os serviços de agenciamento de viagens e o das passagens aéreas; **1.4** divergência de R\$ 119.442,71, apurada entre a conta Estoques do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 251.743,69 e o Relatório Estoque Retroativo – Sintético – Agrupado por Conta/Resumo de Movimentação Anual de Almoxarifado do sistema GRP no valor de R\$ 132.300,98 e; **1.5** diferença de R\$ 747.158,09, encontrada entre a conta Bens Móveis, no valor de R\$ 2.914.340,37, e o Relatório Analítico de Bens Móveis do sistema GRP, no valor de R\$ 2.167.182,28; **2)** Pela **notificação** da atual responsável pela Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, para tomar conhecimento do apurado e providenciar a regularização das ressalvas identificadas, nas próximas edições da espécie, sob pena de responsabilidade em caso de reincidência, nos termos do art. 89, inciso IV, da LCE nº 38/1993. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 08 de outubro de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 128.929

ENTIDADE: Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Roberta de Paula Caminha Melo

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade da Senhora **Roberta de Paula Caminha Melo**, Defensora Pública Geral, à época, encaminhada **tempestivamente** a este Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 30/04/2018, portanto, dentro do prazo previsto no artigo 2º, §2º, inciso II, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

2. A análise técnica preliminar procedida pela DAFO/1ªIGCE (fls. 616 a 626) apurou os seguintes pontos:

2.1. Infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência de comprovação da execução do objeto do Contrato nº 05/2017, no valor de R\$ 66.596,82. A documentação constante nos processos de pagamentos está incompleta, em descumprimento a Cláusula Terceira, item 3, Cláusula Quinta, inciso I, item 3, Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro e Terceiro e Cláusula Décima Primeira do referido contrato;

2.2. Descumprimento parcial da Subcláusula 11.41 do contrato e do art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa PGE/AC nº 01/2013, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência de comprovação das obrigações trabalhistas e previdenciárias do Contrato nº 11/2017;

2.3. Falta de comprovação da totalidade da execução do serviço prestado contido na Nota Fiscal nº 2196, no valor de R\$ 6.670,00, visto que foi descrito na NF apenas a realização de um exame que custa R\$ 667,00 conforme item 2 da tabela constante na Cláusula Primeira do Contrato nº 20/2017;

- 2.4. Divergência de R\$ 119.442,71, apurada entre a conta Estoques do BP, no valor de R\$ 251.743,69 e o Relatório Estoque Retroativo – Sintético – Agrupado por Conta/Resumo de Movimentação Anual de Almoxarifado do sistema GRP no valor de R\$ 132.300,98 e;
- 2.5. Diferença de R\$ 747.158,09, encontrada entre a conta Bens Móveis, no valor de R\$ 2.914.340,37, e o Relatório Analítico de Bens Móveis do sistema GRP, no valor de R\$ 2.167.182,28.
3. Devidamente citadas (fls. 632 a 637), a responsável apresentou pedido de dilação de prazo (fl. 640), o que lhe foi deferido (fl. 639). Em seguida, apresentaram a defesa com documentação às fls. 642 a 909 e 911 a 1.178, de forma tempestiva, conforme Certidão às fl. 1.180.
4. Instada a se manifestar sobre a defesa apresentada, a DAFO/1ª IGCE emitiu o Relatório Conclusivo de Análise Técnica às fls. 1.184 a 1.192.
5. O Ministério Público junto a esse TCE manifestou-se às fls. 1.197 a 1.202 dos autos, em pronunciamento do Exmo. Senhor Procurador, Dr. Sérgio Cunha Mendonça.
6. Na forma regimental, o processo veio-me por distribuição (fl. 187).

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 08 de outubro de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

PROCESSO TCE N° 128.929

ENTIDADE: Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Roberta de Paula Caminha Melo

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS (Relator):

Tratam os autos da Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade da Senhora **Roberta de Paula Caminha Melo**, Defensora Pública Geral, à época, encaminhada **tempestivamente** a este Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 30/04/2018, portanto, dentro do prazo previsto no artigo 2º, §2º, inciso II, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A DAFO/1ªIGCE analisou os dados encaminhados e apurou às inconsistências descritas no Relatório Preliminar. Regularmente citada, a responsável apresentou defesa instruída com documentação que foi analisada pela área técnica através do **Relatório Conclusivo de Análise Técnica, propondo, ao final, que as contas sejam consideradas irregulares**, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da LCE nº 38/1993, bem como a aplicação de multa sanção à responsável em razão das seguintes desconformidades: **a)** descumprimento da Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da não demonstração da composição da remuneração total a ser paga mensalmente a agência de viagem; e da ausência de comprovação da despesa no valor de R\$ 2.824,97 concernente a Nota Fiscal nº 1189 da empresa Voar Bem Viagens e Turismo Eireli EPP; **b)** Descumprimento parcial da Subcláusula 11.41 do Contrato nº 11/2017 e do art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa PGE/AC nº 01/2013, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993

em razão da ausência de comprovação das obrigações trabalhistas referentes ao contrato em comento; **c)** descumprimento da Cláusula Terceira, item 3, Cláusula Quinta, inciso I, item 3, Cláusula Nona, Parágrafo Terceiro e Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência das requisições das passagens aéreas, dos relatórios de passagens aéreas incompletos e do descumprimento na emissão de notas fiscais distintas, para os serviços de agenciamento de viagens e o das passagens aéreas; **d)** divergência de R\$ 119.442,71, apurada entre a conta Estoques do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 251.743,69 e o Relatório Estoque Retroativo – Sintético – Agrupado por Conta/Resumo de Movimentação Anual de Almoxarifado do sistema GRP no valor de R\$ 132.300,98 e; **e)** diferença de R\$ 747.158,09, encontrada entre a conta Bens Móveis, no valor de R\$ 2.914.340,37, e o Relatório Analítico de Bens Móveis do sistema GRP, no valor de R\$ 2.167.182,28.

O **Ministério Público de Contas**, por meio de parecer, pronunciou-se pela **regularidade com ressalvas das contas**, com fulcro no artigo 51, inciso II, da LCE nº 38/1993, valendo como ressalvas as desconformidades acima indicadas.

Compulsando os autos, verifica-se que os achados destacados pela instrução do feito importam em omissões, impropriedades contábeis e falhas formais, que não representam prejuízo ou risco de dano patrimonial, razão pela qual devem ser catalogadas como ressalvas para correções nas próximas edições da matéria.

Em face do exposto, **voto**:

1. Pela **Regularidade com ressalvas** das contas da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade da Senhora **Roberta de Paula Caminha Melo**, Defensora Pública Geral, à época, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, **valendo como ressalvas: 1.1** o descumprimento da Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da não demonstração da composição da remuneração total a ser paga mensalmente à agência de viagem; e da ausência de comprovação da despesa no valor de R\$ 2.824,97 concernente a Nota Fiscal nº 1189 da empresa

Voar Bem Viagens e Turismo Eireli EPP; **1.2** o descumprimento parcial da Subcláusula 11.41 do Contrato nº 11/2017 e do art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa PGE/AC nº 01/2013, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência de comprovação das obrigações trabalhistas referentes ao contrato em comento; **1.3** descumprimento da Cláusula Terceira, item 3, Cláusula Quinta, inciso I, item 3, Cláusula Nona, Parágrafo Terceiro e Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 05/2017, bem como infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/1993 em razão da ausência das requisições das passagens aéreas, dos relatórios de passagens aéreas incompletos e do descumprimento na emissão de notas fiscais distintas, para os serviços de agenciamento de viagens e o das passagens aéreas; **1.4** divergência de R\$ 119.442,71, apurada entre a conta Estoques do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 251.743,69 e o Relatório Estoque Retroativo – Sintético – Agrupado por Conta/Resumo de Movimentação Anual de Almoxarifado do sistema GRP no valor de R\$ 132.300,98 e; **1.5** diferença de R\$ 747.158,09, encontrada entre a conta Bens Móveis, no valor de R\$ 2.914.340,37, e o Relatório Analítico de Bens Móveis do sistema GRP, no valor de R\$ 2.167.182,28;

2. Pela **notificação** da atual responsável pela Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, para tomar conhecimento do apurado e providenciar a regularização das ressalvas identificadas, nas próximas edições da espécie, sob pena de responsabilidade em caso de reincidência, nos termos do art. 89, inciso IV, da LCE nº 38/1993. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 08 de outubro de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator